

INDICAÇÃO Nº: **45** /2023

AUTOR: DEPUTADO BRANCO MENDES

Indico, com fundamento no art. 111, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Paraíba (Resolução de Nº: 1578/2012), que seja encaminhada manifestação desta Casa Legislativa, ao Excelentíssimo Senhor João Azevedo Lins Filho, Governador do Estado, a fim de que adote a iniciativa do Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigação do Poder Executivo do estado da Paraíba a firmar convênio com os municípios para execução de atividade delegada nas escolas por policiais militares e civis na forma que especifica, e dá outras providências.

Desta forma, em face da impossibilidade de iniciativa parlamentar, o referida Indicação trata de relevante e inegável interesse público.

Neste sentido, segue em anexo, o Projeto de Lei Indicado ao Poder Executivo, bem como justificativa que embasa a presente indicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2023

Deputado



PROJETO DE LEI N°:

/2023

DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DA PARAÍBA A FIRMAR CONVÊNIOS COM OS MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADE DELEGADA NAS ESCOLAS POR POLICIAIS MILITARES E CIVIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º Obriga o Poder Executivo do estado da Paraíba a firmar convênios com os municípios para que os Policiais Militares e Civis desempenhem, durante suas folgas, atividade delegada no reforço do policiamento nas escolas abaixo relacionadas: Rede de Ensino Municipal, Rede de Ensino Estadual, Rede de Ensino Federal, Rede de Ensino Particular.

Art. 2º O referido convênio deve constar todas as especificações para desempenho da atividade delegada no reforço do policiamento nas escolas.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 13 de abril de 2023



JUSTIFICATIVA

O objetivo deste Projeto de Lei, de forma indicativa, é dispor sobre a obrigação do Poder Executivo do estado da Paraíba a firmar convênio com os municípios para execução de atividade delegada nas escolas por policiais militares e civis na forma que especifica, e dá outras providências.

O aumento das ameaças de atentados a escolas nas últimas semanas, logo após o ataque que resultou na morte de uma professora na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo, tem levado autoridades e especialistas a alertar para o risco de que o caso inspire novas ondas de agressões. O crime ocorreu na manhã de 27 de março, uma segunda-feira, na escola estadual Thomazia Montoro. Na própria data do atentado e nos quatro dias seguintes, a Polícia Civil registrou 279 ameaças ou suspeitas de possíveis planos de novos atentados a escolas em todo o estado.

Trata-se de um aumento expressivo no número de casos. De janeiro até o dia 26 de março, haviam sido registradas 82 ameaças do mesmo tipo —em média, quase sete casos por semana. Em relação às 279 ameaças, a secretaria não informou quantas se mostraram consistentes e motivaram o registro de boletins de ocorrência ou abertura de inquéritos. Essas situações ocorreram tanto dentro das escolas, com bilhetes e mensagens escritas nas paredes, por exemplo, quanto na internet.

Em um dos casos mais recentes, um adolescente de 12 anos foi detido com um canivete na mochila e uma máscara de palhaço em uma escola estadual no Jardim Peri, na zona norte da capital, na última quarta (5) — dia em que quatro crianças morreram em um ataque a uma creche em Blumenau (SC). Ele já havia ameaçado uma professora da unidade, que ao ver a máscara, chamou agentes da GCM (Guarda Civil Metropolitana).



Na manhã do dia 13 de abril, um homem foi preso após invadir uma escola da rede municipal, no bairro São Benedito em Morungaba (SP), armado com facas. Ninguém foi ferido. A tentativa de ataque aconteceu na EMEF Prof. Irineu Tobias, localizada no bairro São Benedito. Segundo a Prefeitura, pais que estavam próximo à entrada da escola e perceberam a agitação das crianças e foram ver o que estava ocorrendo e acabaram contendo o indivíduo à força.

Assim, por entender necessário e de relevante importância desse Projeto de Lei, de forma indicativa, solicito o encaminhamento ao Excelentíssimo Governador do Estado, por tratar de matéria de iniciativa do Poder Executivo, e logo após aos pares desta Casa, esperando ter o apoio necessário pela sua aprovação na forma como está descrita.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2023

Deputado